

A “QUESTÃO NEGRA” NA QUARTA INTERNACIONAL

Daniel Vitor de Castro¹

Resumo: Este artigo analisa como a IV Internacional trabalhou a questão racial negra, tendo como foco os debates sobre autodeterminação dos negros norte-americanos. O texto introduz as obras de alguns intelectuais marxistas negros que fundaram bases teóricas para uma cultura política afrodiaspórica. Apresenta as formulações trotskistas que discutem as bases políticas da IV Internacional; discorre sobre as principais formulações para a luta negra norte-americana que mobilizaram movimentos negros, o Partido Comunista e o partido trotskista SWP, por fim, traz os debates feitos entre Trotsky e C.L.R. James sobre autodeterminação da luta negra e formação de uma organização negra independente de massas nos EUA. Conclui que a tradição da IV Internacional tem o combate à opressão racial como centralidade nos países com história de escravidão e colonialismo e que mantem acesa a tarefa de produzir sínteses com a auto-organização dos oprimidos.

Palavras-Chave: Quarta Internacional; luta negra; racismo; trotskismo; marxismo.

Abstract: This article analyzes how Fourth International developed about the black racial question, focusing on the debates about black north americans self-determination. The text introduces the writings of some black marxist intellectuals who created the theoretical bases for an afro-diasporic police culture. Presents trotskyist formulations that discuss the political foundations of the Fourth International; also discusses the main formulations for the American black struggle that mobilized black movements, the Communist Party and the trotskyist SWP party and finally brings the debates between Trotsky and C.L.R. James about self-determination of the black struggle and the formation of an independent black mass organization in the USA. At the end, concludes that the Fourth International has the tradition of fighting against racial oppression as a centrality at countries with a history of slavery and colonialism and that it keeps on the task of producing syntheses with the self-organization of oppressed people.

Keywords: Fourth Internacional; negro struggle; racism; trotstkyism; marxism.

¹ Professor substituto do curso de Direito da Universidade Federal de Jataí. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília.

INTRODUÇÃO

Em nossa curta trajetória acadêmica temos nos dedicado a compreender a centralidade do racismo, colonialismo e escravidão na constituição do capitalismo como sistema mundial e em como a necessidade do controle da raça, no Brasil, construiu projeto de nação e modelo institucional. Na militância, reivindicamos uma tradição de princípios trotskistas, sendo o internacionalismo revolucionário particularmente importante.

Este trabalho nasce com a vontade de mapear como a questão racial aparece na história de lutas, formulações e debates da IV Internacional (organização marxista trotskista revolucionária internacional). O que logo se mostrou um tanto inadequado pela multiplicidade de sentidos que a “raça” tem nos diferentes contextos de sua produção. Na maioria das vezes aparecendo como demandas de minorias nacionais. Percebemos assim que seria mais interessante delimitar na identidade racial das populações da diáspora negra, reformulando nosso objetivo, então, de compreender como a história da IV Internacional trabalha a questão negra.

Para cumprir este objetivo, trabalhamos com o seguinte percurso: (I) fizemos o esforço de visibilizar as formulações de marxistas negros que mobilizaram teorias e lutas formadoras de uma intelectualidade afrodiaspórica na compreensão da centralidade da raça para formação de um capitalismo dependente e periférico; (II) apresentamos as formulações trotskistas que discutem as bases políticas da necessidade uma nova organização internacional revolucionário que funda a IV Internacional; (III) localizamos as principais formulações para a luta negra norte-americana que mobilizaram movimentos negros, o Partido Comunista e o partido trotskista SWP; (IV) por fim, focamos nos debates feitos entre Trotsky e C.L.R. James sobre autodeterminação da luta negra e formação de uma organização negra independente de massas nos EUA.

1. UM ESPECTRO RONDA O ATLÂNTICO...

Nas correntes marítimas do Atlântico, a bússola marxista sempre pulsou mais viva, crítica e heterodoxa, promovendo sínteses com a intelectualidade e cultura política afro-diaspóricas.

Chamamos de diáspora negra o deslocamento forçado de populações africanas que promoveu rompimentos com as noções de lugar, tempo e pertencimento e

rearticulações culturais e identitárias a partir dos novos contextos de existência e experiências coletivas.

Contra os purismos da identidade e as raízes do Estado-nação, as rotas da diáspora africana possibilitam-nos complexificar nossas noções de identidade, raça, cultura e nação a partir de uma perspectiva intercultural e transnacional. O movimento da diáspora criou uma rede sem limites territoriais de compartilhamento de memórias, de trocas e transformações culturais.

Esse fluxo de experiências pelo Atlântico² possibilitou tanto às elites aprenderem e aprimorarem as sofisticadas técnicas de dominação e controle aplicadas no colonialismo para a subordinação de corpos escravizados³, quanto aos grupos oprimidos e explorados trocaram experiências de sofrimento, mas também de expressividades culturais e de processos de luta e libertação, a partir da organização popular, no além-mar. Rompendo, assim, com o mito da passividade dos povos subalternizados diante da escravidão⁴.

Na obra *Os Jacobinos Negros*, o jornalista trotskista de Trinidad e Tobago, CLR James (2010) analisa minuciosamente, com rígida pesquisa documental, cada particularidade contextual que precedeu, motivou e acompanhou os eventos da Revolução Haitiana. Acontecimento histórico que efervesceu a rebeldia das populações afro-diaspóricas, por ser a elevação do negro escravizado como sujeito da História. Contra tudo e todos, esta Revolução teve a “característica peculiar de continuar sendo impensável, mesmo enquanto acontecia” (BUCK-MORSS, p. 143, 2011).

James aprofunda em cada força, ator social e grupo que influenciava de alguma forma a conjuntura da ilha de São Domingos, então colônia francesa. Descobre uma ilha

² Marcos Queiroz e Johnatan Razen trabalham com a tese, que compartilhamos aqui, de que o marxismo se reconfigurou nos fluxos do Atlântico Negro. Ver: QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; RAZEN, Johnatan. **O Marxismo e a Cultura Política do Atlântico Negro**. Buenos Aires, III Congresso de Estudos Pós-Coloniais e IV Jornada de Feminismo Pós-Colonial, 2017.

³Sobre este aprendizado, Fanon argumenta que os horrores do holocausto que chocaram o mundo, vistos como obstáculo ao progresso da humanidade, foram seu própria desenvolvimento, aplicou em terreno europeu técnicas de controle populacional praticadas, há muito, nas colônias. FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

⁴ Promovendo uma historiografia do Atlântico Norte, os historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker observaram a existência de um “proletariado atlântico” pluriétnico, formado por camponeses, marinheiros, portuários e escravos com concepções avançadíssimas de internacionalismo, humanismo concreto, igualdade racial e de gênero e democracia radical. LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A Hidra de Muitas Cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

dividida entre latifundiários, brancos pobres, mulatos livres e negros escravizados; um governo local formado por uma burocracia diretamente dependente da burguesia francesa; uma burguesia marítima que acumulava riquezas com o lucrativo tráfico de escravos; uma burguesia inglesa em disputa com a francesa; e, por fim, a própria burguesia francesa em ascensão revolucionária que bradava “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Gritos que ecoaram pelo Atlântico e se fizeram ouvir por quem mais ansiava por liberdade. A resposta se deu com tanta força que obrigou a própria Revolução Francesa a cumprir suas promessas.

A objetividade explanatória de James mostra como cada grupo defendia interesses particulares (visível no novo Parlamento francês), mas quando o assunto era “propriedade”, ainda que discursivamente houvesse divergências, fato é que a ampla maioria se regozijava nos frutos do trabalho da mão-de-obra escravizada. Tanto que a própria Revolução Francesa só foi possível pela superexploração de suas colônias, como diz James:

Pouco antes de 1789, a burguesia francesa era a força econômica mais poderosa da França, e o comércio de escravos e as colônias eram a base da sua riqueza e do seu poder. O comércio de escravos e a escravidão foram a base econômica da Revolução Francesa. “Triste ironia da história humana”, comenta Jaurès (...) Aproximadamente todas as indústrias que se desenvolveram na França durante o século VIII tiveram a sua origem em bens e mercadorias destinados ou à Guiné ou à América. O capital do comércio de escravos as fertilizava; embora a burguesia comercializasse outros produtos além de escravos, tudo o mais dependia do sucesso ou da falência do tráfico (JAMES, 2010, p. 57-58).

No mesmo sentido, mas no contexto da colonização britânica, o historiador Eric Williams (seguidor de James e futuro Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago), em *Capitalismo e Escravidão*⁵, mostra o passo-a-passo de como a Revolução Industrial foi

⁵ Em 1938, na Universidade de Oxford, Williams defendeu a tese *The Economic Aspect of the Abolition of West Indian Slave Trade and Slavery* que divergia da leitura comumente aceita pela comunidade acadêmica inglesa de que o sentimento humanitarista dos abolicionistas ingleses foi responsável por abolir a escravidão, trazendo os fundamentos e motivações econômicos por trás de tal evento. A tese deu origem ao livro em questão, cinco anos depois, quando Williams já lecionava e morava nos Estados Unidos. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Capitalismo e Escravidão e a Historiografia da Escravidão nas Américas*. Prefácio. In: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

diretamente financiada pela acumulação primitiva de capital que há décadas era feita em cima do colonialismo e da escravidão.

Nesta obra clássica, Williams desmonta argumentos da historiografia tradicional que colocou a burguesia europeia como defensora da liberdade e humanismo universais mostrando documentalmente como as bases da escravidão foram inteiramente construídas por motivações econômicas. Ele diz que a razão da escravidão não foi pela cor da pele ou demais fenótipos, não foi racial, mas econômica. Em suas palavras:

Seus feições, o cabelo, a cor e a dentição, suas características “sub-humanas” tão amplamente invocadas, não passaram de racionalização posterior para justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e o mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática extraída da experiência pessoal do fazendeiro (WILLIAMS, 2012, p. 50-51).

Assim, rastreando o financiamento bruto de cada setor⁶ importante da Revolução Industrial mostra-nos a relação direta entre a industrialização da metrópole britânica e o comércio triangular atlântico.

Ainda, sendo fiel ao método de observar os interesses das forças econômicas em desenvolvimento como decisivas, Williams vai novamente na contramão da historiografia oficial e acusa que se a burguesia britânica se voltou contra a escravidão, não foi por questões morais e humanitárias dos “santos abolicionistas”, mas por dois motivos bem comprovados historicamente: interesses econômicos da nova fase do capitalismo que se industrializava e as experiências revolucionárias dos escravos que brotavam cotidianamente de cada canto do Novo Mundo.

Sobre a importância desses dois autores para um marxismo negro e uma historiografia atlântica, Rafael Marquese sintetiza que:

Nisso reside uma das mais originais contribuições de Eric Williams e C. L.R. James: com base na leitura de Marx, eles estiveram dentre os primeiros historiadores a conectar a formação do capitalismo europeu à escravização em massa dos africanos no Novo Mundo. A escravidão negra, assim, foi alçada ao coração da gênese do mundo moderno. Ao mesmo tempo, eles também foram os primeiros a apresentar um modelo de análise que encarava os processos históricos desenrolados no espaço

⁶Com enfoque em como o setor bancário, a indústria pesada e as seguradoras receberam investimentos do comércio de escravos e da produção das *plantations*. WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 149-156.

atlântico como uma unidade orgânica, ao apontar como eventos no Velho Mundo (Europa e África) e no Novo Mundo foram mutuamente determinantes. (MARQUESE, 2011, p. 21).

Na paradigmática obra *Rebeliões da Senzala*, o brasileiro Clóvis Moura promoveu uma cartografia da insurgência de escravos brasileiros de norte a sul do país. Valorizando a experiência de sujeitos concretos, Moura afirma duas teses que abalarão as estruturas da academia brasileira: a da “modernização conservadora” que desenvolveu o capitalismo mantendo estruturas arcaicas e coloniais; e a do mito da passividade do escravo negro frente ao senhorio, que não encontrava nenhum respaldo na materialidade das relações sociais.

Seguindo a lógica de Williams, Clóvis Moura mostra, preliminarmente, como a escravidão no Brasil foi uma necessidade econômica que consolidou os alicerces do capitalismo. E que, ao não ser mais necessária à economia inglesa, devido à industrialização, tornou-se um incômodo. Interessante como o autor observa que “enquanto combatia o tráfico e a escravidão no Brasil, a Inglaterra apoiava os Confederados na guerra civil norte-americana” (MOURA, 1988, p. 37).

Clóvis Moura também avança ao notar que o bloco de poder escravista dinamizou suas relações com a escravidão durante a transição do escravismo tardio⁷ para abolição da escravidão de forma que reordenou seus interesses para a manutenção da estrutura fundiária agrária e dos privilégios da burguesia arcaica e latifundiária. Conclui que as burguesias coloniais são incompatíveis com avanços progressistas, pelo histórico de colonialismo que as colocaram como dependentes das burguesias imperialistas.

A “pantera negra” Angela Davis tem importante trabalho que alimenta a tese da relação entre capitalismo e escravidão, justapondo, ainda, a perspectiva de gênero. Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis busca mostrar as particularidades da opressão de gênero das mulheres negras, frente às mulheres brancas durante o período da escravidão e as continuidades do colonialismo na vida cotidiana de mulheres negras.

Ela observa que as mulheres escravizadas arcavam com as árduas tarefas braçais do trabalho forçado, ombro a ombro com seus companheiros de senzala, nas mesmas

⁷ Caracterização do modo de produção escravista em Moura.

condições e tempo. Porém, além disso, havia uma dimensão no seu trabalho que era sexualizada e gendrificada:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos (DAVIS, 2016, p. 25)

Também no momento de materialização do ódio do fazendeiro, o fato de serem mulheres negras condicionava a criatividade das torturas à dimensão de gênero da violência praticada. Não era por uma “bestialidade” do fazendeiro proprietário de escravos, mas pela manutenção da relação de poder colonial que o estupro era um dispositivo de controle recorrente⁸.

Angela Davis percebe, assim, que a escravidão e o racismo destinaram um lugar para a mulher negra que não será o mesmo da mulher branca. Não que as mulheres brancas não sejam vítimas do patriarcado, mas sobre os ombros das mulheres negras recaem uma multiplicidade de violências estruturais que as rebaixam à base do sistema produtivo.

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meirinhas ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as

8 Sobre o estupro perpetrado contra mulheres negras na escravidão, Davis observa que “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (p. 26). “O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (p. 38). DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza (DAVIS, 2016, p. 99).

Ainda que reconhecendo as diferentes demandas pelas particularidades de como mulheres negras e brancas estão localizadas no capitalismo-colonial-patriarcal, Davis demonstra historicamente que a gênese do movimento feminista se deu com a práxis de mulheres abolicionistas brancas que percebiam a abolição da escravidão como luta central de seu tempo histórico⁹. Reivindica, assim, a unidade política das mulheres trabalhadoras que compreenderam e compreendem as interrelações de classe, raça e gênero.

Não só mostrando substancialmente como a divisão internacional do trabalho depende da classificação racial e como capitalismo e racismo são os dois lados da mesma moeda colonial, esta intelectualidade negra revolucionária, em fluxo e movimento, traz algumas bases para compreendermos as relações entre imperialismo, capitalismo, colonialismo, patriarcado e racismo, mas também reclamam que a experiência colonial é uma história de resistências e insurgências de sujeitos que polarizaram a casa-grande com o quilombo, ecoaram a vontade de libertação pelas correntes marítimas e incendiaram as *plantations* com fogo revolucionário.

1. UMA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL REVOLUCIONÁRIA

Com o colonialismo e classificação de povos e pessoas, o capitalismo tornou-se um sistema mundial. O mercado agora só é possível de ser apreensível se estendermos nossas análises a nível global. A movimentação cada vez mais abstrata de capital não conhece fronteiras nacionais. Os sistemas produtivos são fragmentados em diferentes países. Monopólios transacionais condicionam governos e legislações nacionais. Não restam dúvidas que as forças produtivas, pela necessidade expansiva do capitalismo, se internacionalizaram. Mas e a luta de classes?

Ernest Mandel e John Ross respondem em curtas linhas: “quanto mais elevado o nível da internacionalização do capital e das forças produtivas mais a luta de classes torna-se internacional” (1982, p. 04). Assim, as raízes objetivas da necessidade de uma

⁹ “Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido”. DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 55.

organização internacional revolucionária são bem simples: pelas condições colocadas de mundialização do capital e da burguesia, qualquer sistema que venha a superar suas contradições deverá se internacionalizar ainda mais.

As situações nacionais não existem isoladamente, mas se relacionam dialeticamente com condicionantes internacionais. A obviedade dessa premissa salta aos nossos olhos, afinal, estamos localizados na periferia do capitalismo, na qual os fatores externos de uma burguesia internacional sempre determinaram a nossa dependência histórico-estrutural.

Uma estrutura de poder global só poderá ser combatida também a nível global, daí as bases políticas para a necessidade de uma organização internacional revolucionária. Construir laços de solidariedade e identificação entre oprimidos e explorados do mundo todo, visando o impulsionamento dialético de movimentos que elevem a luta de classes a um nível globalizante de enfrentamento ao imperialismo (MANDEL, 1982, p. 08-09; 1995, p. 40-41).

Outro fator que precisamos colocar na centralidade de um internacionalismo revolucionário é urgência da questão ambiental. Os danos causados à humanidade pela natureza expansionista e predatória do capitalismo são transnacionais e intergeracionais, ameaçando a população humana de todo o planeta. A barbárie produzida pelo capital impõe-nos o desafio de transformar globalmente o sistema como último baluarte de defesa da humanidade contra seu próprio extermínio.

Sintetiza Lowy:

A utopia socialista e ecológica é apenas uma possibilidade objetiva. Não é o resultado inevitável das contradições do capitalismo nem das “leis de ferro da história”. Só se pode prever o futuro sob forma condicional: a lógica capitalista levará a desastres ecológicos dramáticos, ameaçando a saúde e a vida de milhões de seres humanos e até mesmo a sobrevivência da nossa espécie, se não assistirmos a uma mudança radical do paradigma civilizacional e a uma transformação ecossocialista (LOWY, 2009, p. 49).

Precisamos, pois, não de qualquer organização internacional, mas uma que herde os saldos positivos das experiências passadas e supere suas contradições. Aprender com a história do internacionalismo revolucionário nos impõe o desafio de promover sínteses com as mais diversas lutas numa unidade estratégica de destruição do capitalismo para construir o mundo novo possível.

Difundir o marxismo revolucionário, desenvolver partidos de massas e frentes amplas antifascistas são tarefas que as três primeiras internacionais nos deixaram. O internacionalismo revolucionário de nosso tempo histórico deve romper com práticas coloniais e burocratizantes que chegaram a hierarquizar países que estavam ou não prontos para o socialismo e perceber na diversidade de lutas e formas de organização independentes dos oprimidos e explorados do mundo saltos na revolução permanente.

A necessidade da IV Internacional nasce do princípio internacionalista do marxismo, da perspectiva da revolução permanente e das denúncias de Trotsky tanto ao liberalismo imperialista que não deixa nenhum horizonte para a humanidade quanto a burocratização stalinista que degenera as organizações classistas por instrumentalizá-las na sua vontade de poder.

Sobre a crítica à hegemonia stalinista que toma conta da Terceira Internacional (da qual Trotsky foi fundador e liderança ativa até o quarto congresso), Mandel traz que:

Algo qualitativamente novo emergiu: a transformação do Comintern de um instrumento para a revolução mundial em um instrumento para a burocrática “defesa da União Soviética”, e depois em um instrumento para a defesa dos interesses específicos da burocracia soviética. A batalha de Trotsky por uma genuína organização internacional da classe trabalhadora, por uma verdadeira Internacional Comunista, agora se fundia à sua luta contra a burocracia stalinista (MANDEL, 1995, p. 49).

A IV Internacional, então, surge com as tarefas de ser uma organização concreta, que exista para além da soma de suas seções nacionais, mas que não possa intervir de forma autoritária na política de cada seção, sob pena de impor um universalismo abstrato que não observe as particularidades de cada contexto local. Deverá fazer sínteses reais, que se mostrem na prática política, com as mais diversas linguagens, formas e demandas que mobilizam os movimentos sociais do século XXI e perceber que a luta de classes se desenvolve de formas diferentes, estabelecendo diferentes posições na caminhada rumo ao socialismo, mas que toda vitória de oprimidos e explorados é um salto revolucionário que impulsiona consciências e processos de libertação cada vez mais ousados e radicais.

Na perspectiva da revolução permanente, então, diferentes tarefas históricas serão colocadas em diferentes contextos, e não há um caminho linear e necessário, mas processos que se constituem na superação de fases observáveis no desenvolvimento próprio da luta de classes. Se em alguns momentos se mostra necessária a unidade com setores da burguesia em lutas nacionais e democráticas, em outros a vanguarda dos

oprimidos e explorados produz condições objetivas para tomar as rédeas da história e não se contentar com conquistas legais e inclusivas. O horizonte da estratégia ecossocialista internacional se forma em processos de conscientização possibilitados pelas próprias contradições das lutas sociais em movimento.

Ali deverá estar a IV Internacional, fazendo-se necessária pelas condições objetivas da luta de classe global e mostrando-se indispensável pelo ombro-a-ombro do internacionalismo revolucionário e solidariedade entre oprimidos de todo o mundo.

2. A QUESTÃO NEGRA NOS EUA: “DE VOLTA PARA A ÁFRICA” OU “NACIONALISMO NEGRO”

Com o fim da Guerra Civil Estadunidense, aboliu-se a escravidão num processo de continuidades de sentido histórico. O racismo se rearticula por meio de novos instrumentos legais que nascem na velha cultura do ódio racial sulista. Os conflitos raciais se amplificavam, de forma desigual, em todas as regiões do país. O Norte vivia uma intensa industrialização com um aumento vertiginoso de operários negros. O racismo dos trabalhadores brancos, institucionalizado em seus sindicatos, exclui os trabalhadores negros de suas fileiras.

Nessas condições, a polêmica liderança de Marcus Garvey encontra uma via aberta para florescer suas ideias e organização política. Surgia, em meados da década de 20, a Associação Universal para o Progresso do Negro (UNIA, em inglês), primeira organização urbana negra independente de massas no país. Garvey se identificava como líder da resistência negra nos Estados Unidos e sua organização afirmava ter mais de setecentas sucursais no país, com 35 mil membros associados só em Nova York (SHAWKI, 2017, p. 131).

Garvey dialogava com motivações coloniais, chegando a pedir ajuda das potências imperialistas para cumprir as promessas de unir o povo negro para construir um país e governo próprios, que civilizaria e espiritualizaria “tribos atrasadas” da África. Contraditoriamente, Garvey instrumentalizava uma retórica militante de apoio abstrato à esquerda internacional e a jovem revolução bolchevique mais para atrair membros para a UNIA do que por um acordo programático.

O separatismo racial de Garvey se radicalizou em torno da bandeira “De volta para a África” (*Back to Africa*, em inglês), que passa a mobilizar o debate racial nos EUA.

Chegou a promover uma campanha de financiamento coletivo, chamada de *Black Star Line*, para aquisição de uma frota de navios com objetivo de atravessar o oceano em direção ao continente africano. Documentos de investigação do Departamento de Justiça concluíam que: “Garvey era o agitador pró-Negro mais proeminente de Nova York. Parece, no entanto, que seu pró-negrismo é secundário em relação ao seu esquema de conseguir sócios para o negócio da *Black Star Line*” (SHAWKI, 2017, p. 133).

Ao ser introduzido neste debate, pelas críticas de CLR James, Trotsky faz um balanço de certa forma positivo, pois:

os negros americanos se reuniram sob a bandeira do movimento “De volta para a África” porque parecia uma resposta possível a seu desejo de ter seu próprio lar. Eles não queriam ir para a África. Era expressão de um desejo místico por uma pátria na qual eles pudessem estar livres da dominação dos brancos, na qual eles mesmos poderiam controlar seus destinos. Isto é um desejo por autodeterminação (TROTSKY, 1940, p. 14, tradução nossa).

No fim, quando a UNIA já não tinha mais a atenção da população negral estadunidense, Garvey explicitava todo seu reacionarismo (já avistável desde sempre pela sua romantização do passado, absolutização étnica em torno do louvor às raízes e capitalismo negro) ao se colocar publicamente como anti-comunista, elogiar supremacistas brancos pela ideologia compartilhada da “pureza racial”, e chegar a se declarar fascista pela agressividade de seu nacionalismo negro (SHAWKI, 2017, p. 135-136).

Ainda assim, Garvey foi responsável pela formação de uma geração de ativistas negros dispostos a se organizarem politicamente, e por demonstrar a capacidade de massificação de organizações que pautem a “questão negra”.

A tradição das organizações marxistas dos EUA sempre foi de simplificar a opressão racial como manifestação da opressão de classe. James P. Cannon, membro fundador do Partido Comunista e posterior maior liderança trotskista no país, analisa que, no início:

Os radicais americanos não tinham nada para mobilizar a “questão negra” senão uma teoria inadequada, uma atitude falsa ou indiferente e a adesão de poucos negros de inclinação radical ou revolucionária. A inadequação teórica via a opressão aos negros como pura e simplesmente um problema econômico, uma parte da luta entre trabalhadores e capitalistas; nada poderia ser feito sobre as especificidades dos problemas de discriminação e desigualdade nessa ala do socialismo (BREITMAN, 1962, p. 02, tradução nossa).

A influência da Revolução Russa e da Terceira Internacional no PC promoveu um giro na política nacional para a luta dos negros. Lentamente, e sob pressão externa, o Partido Comunista passou a observar a necessidade de um programa especial para a questão negra que pautasse a dupla exploração dos trabalhadores negros e que compreendesse a questão negra essencialmente como uma luta por libertação nacional (BREITMAN, 1962, p. 02-04; RIDELL, 2012, p. 03; SHAWKI, 2017, 157-161).

Versando sobre a questão nacional e as lutas por libertação colonial, Lenin formulou que todo revolucionário deveria apoiar movimentos por autodeterminação, mesmo que estes sejam liderados pelas burguesias nacionais, como meio de se opor ao imperialismo e avançar no socialismo. A questão racial passava então a ser vista como uma questão nacional, ou seja, a luta de um povo pela sua autodeterminação, formando um Estado-nação próprio.

O Quarto Congresso do Comintern, em 1922, último em que Leon Trotsky participou ativamente, aprovou as “Teses sobre a questão Negra”, que afirmavam:

1. O IV Congresso considera essencial apoiar todas as formas do movimento negro que visam minar ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão. **2.** A Internacional Comunista lutará pela igualdade racial de negros e brancos, por salários iguais e igualdade de direitos sociais e políticos. **3.** A Internacional Comunista fará todo o possível para forçar os sindicatos a admitirem trabalhadores negros onde a admissão é legal, e vai insistir numa campanha especial para alcançar este fim. Se esta não tiver êxito, ela irá organizar os negros nos seus próprios sindicatos e então fazer uso especial da tática da frente única para forçar os sindicatos gerais a admiti-los. **4.** A Internacional Comunista vai tomar imediatamente medidas para convocar uma conferência ou congresso internacional negro em Moscovo (COMINTERN, 1922, p. 03).

No fim da década, com o Comintern já controlado por Stalin, a linha política colocada para a questão negra nos EUA passou a ser a leitura de que os negros do Sul formavam uma nação e que o PC deveria então levantar a bandeira da “Autodeterminação no Cinturão Negro” (*Black Belt*, do inglês). A grande contradição estava no fato de que essa não era uma avaliação feita pelo próprio PC sobre a realidade da população negra estadunidense, mas uma aplicação mecânica da percepção etapista de história e de revolução feita pelo stalinismo: antes da luta pelo socialismo há de se passar, necessariamente, pela luta nacionalista burguesa.

A bandeira do “cinturão negro” não era pauta nem mesmo das lutas dos negros estadunidenses, mas palavra de ordem que o PC passou a ter que mobilizar entre trabalhadores negros. O próprio Trotsky, defensor irredutível da autodeterminação, como veremos no próximo item, percebe que sendo o nacionalismo negro uma bandeira do PC, poderia facilmente ser interpretada como demanda separatista dos comunistas brancos, causando mais repulsa entre os negros (TROTSKY, 1940, p. 15).

Com a imposição da “teoria do Cinturão Negro” e as reviravoltas do PC, que a depender das necessidades diplomáticas do Comintern, ora se entregava ao sectarismo, ora se acomodava com Roosevelt e sua política imperialista, passou a mostrar que a degeneração stalinista já se alastrava na organização estadunidense. Os militantes que se alinhavam à Oposição de Esquerda e suas críticas à burocratização stalinista foram expulsos do PC e fundaram uma nova organização revolucionária nos EUA: o Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP, do inglês).

3. C.L.R. JAMES ENCONTRA LEON TROTSKY: DEBATES SOBRE AUTODETERMINAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DE MASSAS DA LUTA NEGRA

Cyril Lionel Robert James (1901-1989) nasceu em Trinidad e Tobago, onde trabalhava como jornalista esportivo. Aos 30 anos, muda-se para Inglaterra e começa a militar no Partido Trabalhista Independente (*Independent Labor Party*, em inglês) e na pequena organização trotskista chamada Grupo Marxista (*Marxist Group*). Neste período ele escreveu suas duas maiores contribuições teóricas na forma dos livros *Jacobinos Negros* (1938) e *World Revolution* (1937).

Foi um dos fundadores da IV Internacional, em 1938, e logo se mudou para os Estados Unidos onde militou ativamente como dirigente do SWP, adotando o nome J.R. Johnson no partido.

Teve uma vida política conturbada: saiu do SWP em 1940 para formar uma pequena corrente chamada Tendência Johnson-Forest (sobrenome de partido de Raya Dunayevskaya), que retornaria ao SWP sete anos depois, para então, em 1951, romper novamente, mas agora rompendo com o próprio leninismo, se filiando a uma concepção idealista e espontaneista de organização e revolução (LE BLANC, 2019; CLEARY, 1989; CONRAD, 2013; ROBINSON, 2000).

CLR James é internacionalmente reconhecido por colocar a “questão negra” como central para compreender a formação da classe trabalhadora nas Américas e Caribe, sendo indispensável para qualquer perspectiva de revolução¹⁰. Além disso, sempre aprofundou em assuntos que os marxistas consideravam como irrelevantes ou secundários e demonstrava as relações dialéticas que existiam entre si. Neste sentido, se dispôs a analisar profundamente uma revolução feita por negros numa ilha na periferia do mundo que movimentou e impulsionou os aspectos mais radicais das revoluções burguesas e das insurgências escravas, e também sempre reivindicou que os marxistas revolucionários precisavam conhecer a fundo a cultura popular, as expressividades e práticas que existiam no cotidiano da classe trabalhadora, saber da sua história e raízes não para instrumentaliza-las, mas para aprender a ouvir mais, por isso valorizava os esportes, a musicalidade e espiritualidade vividas pelos trabalhadores negros.

Este CLR James, trotskista, revolucionário e negro caribenho, viaja para o México, em 1939, onde se reúne com Trotsky para debaterem juntos, tática e estrategicamente, a formulação de um programa político do SWP para a luta negra estadunidense. Foram debates que cravaram raízes profundas na tradição política do marxismo revolucionário e da luta negra que passaremos a analisar.

A transcrição que tivemos acesso reúne documentos originais de 1933 e 1939 e uma introdução feita por George Breitman. Uma primeira discussão feita na Turquia, entre Trotsky e Arne Swabeck, sobre se a questão negra norte-americana é uma questão racial ou nacional, e os debates seguintes, de 39, com CLR James sobre nacionalismo negro e os princípios da autodeterminação e autorganização independente dos oprimidos, além de um plano de trabalho com centralidade na questão negra para o SWP.

“Como devemos analisar a posição do negro americano: como uma minoria nacional ou como uma minoria racial? Isto é da maior importância para nosso programa”. Este foi o questionamento feito por Swabeck, comunista norte-americano, a Trotsky que mobilizou o debate feito em 1933, na Turquia.

¹⁰ Tendo acordo com Trotsky: “O SWP deve reconhecer que a sua atitude em relação à luta negra é crucial para o seu futuro. Até agora o partido se baseia principalmente em trabalhadores privilegiados e grupos isolados de intelectuais. A menos que encontre o caminho para a grande massa sem privilégios, da qual os negros constituem uma parte muito importante, a perspectiva de uma revolução permanente permanecerá como uma mentira e o partido se degenerará” (TROTSKY, 1940, p. 22, tradução nossa).

Swabeck defendeu que os negros estadunidenses não constituem uma nação própria mostrando que não possuem religião própria sendo em sua maioria católicos nem um idioma específico, falando inglês ou espanhol, e se identificando como americanos.

Tais argumentos não convencem Trotsky, que não chegou a defender nenhuma posição, mas apenas não concordou com a defesa de Swabeck. A definição da relação entre nação-cultura-Estado utilizada por Swabeck reproduzia as concepções liberais da teoria clássica do Estado. Era uma questão política que devia ser analisada à luz das demandas dos oprimidos, conjuntura e estratégia. Rejeitar a bandeira da autodeterminação por estes argumentos era doutrinário. Ele provoca com exemplo dos belgas, que são católicos e falam francês, logo a França teria direito de anexá-los? Claro que não, pois “critérios abstratos não são decisivos para esta questão, muito mais decisivo é a consciência histórica, seus sentimentos e vontades” (TROTSKY, 1940, p. 09).

Trotsky ressalta:

Nós não devemos obrigar os negros a se tornarem uma nação, se eles são ou não isso é uma questão para eles, ou seja, o que eles desejam e pelo que lutarão. Nós dizemos: se os negros querem isso, nos lutaremos contra o imperialismo até a última gota de sangue, pois isto é direito deles, não importa onde e como, de separar um pedaço de terra para si próprios (TROTSKY, 1940, p. 07-08, tradução nossa).

Não podemos tentar convencê-los se separarem dos EUA, mas eles têm o direito de autodeterminar suas demandas e nós os apoiaremos e defenderemos com tudo que estiver a nossa disposição e conquistaremos este direito, da mesma forma que defendemos todos os povos oprimidos (TROTSKY, 1940, p. 09, tradução nossa).

O importante para Trotsky era reafirmar que as lutas por autodeterminação são lutas democráticas importantes para uma perspectiva de revolução permanente, independente do seu conteúdo, os comunistas devem demonstrar apoio, no discurso e prática política, pois será pela nossa coerência e radicalidade que verão as diferenças entre os pequenos burgueses, oportunistas, reformistas e revolucionários. Além do que os processos de lutas democráticas, mesmo que lideradas pela pequena burguesia oprimida, mobilizam os trabalhadores e promovem saltos no processo de conscientização que colocara, potencialmente, os trabalhadores do bloco dos oprimidos como vanguarda que não ficara satisfeita apenas com a igualdade formal de direitos mas farão formulações mais ousadas e ações mais radicais rumo ao socialismo.

Anos depois, foi a vez de James apresentar suas críticas à bandeira da autodeterminação dos negros norte-americanos ao bolchevique já exilado no México. Os argumentos de James, porém, se davam em outra dimensão. Ele argumenta que o problema não era a defesa do direito de autodeterminação dos povos, mas sim o partido querer puxar uma palavra-de-ordem que não fazia sentido na vida do trabalhador negro sulista. O negro estadunidense, ele afirma, quer desesperadamente ser considerado um cidadão norte-americano. Nas palavras de CLR James:

O negro deve ser ganho para o socialismo. Não há outro caminho para ele na América e em nenhum outro lugar. Mas ele deve ser ganho com base na sua própria experiência e à sua própria atividade. Se ele quisesse autodeterminação, seria obrigação do partido revolucionário levantar essa bandeira. Mas o negro, felizmente para o socialismo, não demanda autodeterminação (TROTSKY, 1940, tradução nossa).

James encaminha que defendamos sempre o direito à autodeterminação, que se esta demanda nacionalista surgir entre os negros o partido deverá apoiá-la, que não deverá ser o partido a levantar esta bandeira e que fizessem uma investigação séria para caracterizar os vários movimentos negros nos EUA e descobrir quais grupos demandam a formação de um Estado negro.

Trotsky responde que autodeterminação dos povos oprimidos é um princípio do internacionalismo revolucionário e não pode ser apenas uma instrumentalização do partido para ganhar pessoas. Ele lembra que o que tá em jogo não são as formulações seus camaradas negros ou de outras lideranças da luta negra, mas a vontade de um povo de cerca de 14 milhões de pessoas, referindo-se à população negra norte-americana. Alerta, ainda, que os camaradas negros do SWP devem apresentar para os movimentos negros que a IV Internacional sempre defenderá o direito à autodeterminação, se for que demandam, mas apresentar que, enquanto militante negro e da IV, entende que seria melhor lutar com os trabalhadores brancos por uma sociedade sem opressões. Nisto, ambos concordam integralmente.

A divergência neste debate parece-nos estar no fato de que CLR James compreende a luta por um Estado negro independente como um grande retrocesso para o socialismo, enquanto Trotsky defende que se a população negra norte-americana se “levantasse para lutar coletivamente por um Estado independente seria um despertar político que demonstraria grande moral, um tremendo passo revolucionário” (TROTSKY, 1940, p. 16).

A outra discussão foi em volta da formulação de James para que o SWP impulsionasse a construção de uma organização negra independente de massas. Esta nova organização negra seria responsável por produzir e sistematizar estudos sobre a luta negra na história dos EUA e por produzir um jornal semanal próprio (que inclusive gerou um debate sobre se seria tático o jornal trazer discussões sobre a estratégia socialista ou não). Interessante notar que uma das táticas que tiraram nesse debate para ser incorporada nas ações desta organização negra independente deveria ser a de pedir um café nos restaurantes brancos como forma de protesto contra a opressão racial, o que foi adotado décadas depois pelos movimentos por direitos civis.

Trotsky se mostrou reticente. Não à necessidade de uma nova organização negra independente, que inclusive afirma que novas políticas e contextos demandam novos instrumentos que por vezes não corresponderão às formas tradicionais de organização política. Porém se preocupa com a capacidade do SWP mobilizar um movimento negro de massas, e que se ficasse tão somente restrito a militantes negros que saíram dos partidos comunistas não cumpriria com os objetivos dessa nova organização.

Nas suas palavras:

Teoricamente, me parece absolutamente claro que uma organização especial deve ser criada para uma situação especial. O perigo está nisso virar um jogo para intelectuais. Esta organização se justificará somente ganhando trabalhadores, camponeses, e por aí vai. Se não conseguir isso, então confessaremos nosso erro. Se conseguir, será ótimo, pois teremos impulsionado uma organização negra de massas (TROTSKY, 1940, p. 18, tradução nossa).

Por fim, debateram que esta organização deveria estar aberta para negros de todas as classes que se disponham a lutar contra a opressão racial, mas Trotsky atenta para o perigo de uma organização se degenerar quando ela não existe entre os setores mais oprimidos; a possibilidade de ganhar lideranças religiosas e trabalhadoras domésticas.

Estas discussões marcaram uma nova forma de analisar a questão negra norte-americana, com formulação de programas políticas para o SWP que centralizassem a luta negra como prioridade para o próximo período, sob pena de falhar com a tarefa histórica da revolução permanente. Muitas das percepções iniciadas com este debate, como a disposição da luta negra para radicalidade e organicidade e potência para massificar-se e ser vanguarda da luta da classe trabalhadora dos EUA, refletiram-se no surgimento posterior dos movimentos por direitos civis e *Black Power*.

Quando CLR James volta ao SWP, em 1948, ele sintetiza seus debates com Trotsky na forma de uma resolução proposta para o programa político do partido com o nome de “Uma resposta revolucionária para o problema do negro nos EUA”. Na apresentação geral da resolução ele mostra o “nosso ponto de vista”:

Nós dizemos, número um, que a luta dos negros, a luta independente dos negros, tem uma vitalidade e uma validade por si própria; que ele possui raízes históricas profundas no passado da América e no presente das lutas; e possui uma perspectiva política orgânica que, a cada passo dado, demonstra sua velocidade e vigor. Nós dizemos, número dois, que esse movimento negro independente é capaz de intervir com uma força incrível sobre a vida política e social geral da nação, embora seja levantada sob a bandeira de direitos democráticos e não necessariamente seja liderada pelo movimento organizado dos trabalhadores nem pelo partido marxista. Nós dizemos, número três, e isso é o mais importante, que é capaz de exercer uma influência poderosa sobre o proletariado revolucionário, isto é, tem uma grande contribuição para dar ao desenvolvimento do proletariado nos EUA, e que é por si mesmo uma parte constituinte da luta pelo socialismo (JAMES, 1948, p. 02, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O oceano Atlântico é o palco de uma história de movimento de pessoas, ideias e insurgências que produziram uma cultura política revolucionária própria da diáspora africana. O trotskismo também participa desse fluxo marítimo, promovendo sínteses e mantendo acesa a tradição de um marxismo vivo, crítico, autocrítico e aberto às contribuições localizadas.

Buscamos com este trabalho colaborar para a sistematização de debates históricos tanto do trotskismo quanto da luta negra. Olhar para o passado de nossas tradições possibilita-nos ver nossas próprias contradições, para superá-las, e nossas potências a serem reivindicadas. O marxismo esteve presente nas concepções de organização e estratégia da luta negra, da mesma forma que, dialeticamente, as formulações e análises de movimentos e intelectuais negros transformaram o marxismo, em defesa da práxis.

O debate feito entre Trotsky e C.L.R. James nos traz algumas lições importantes para serem trabalhadas entre os movimentos negros e trotskistas. Primeiramente, a vemos necessidade de não fragmentar a figura histórica de James: um intelectual orgânico negro, marxista e trotskista. Não apenas negro, nem somente marxista. Sua vida e obra foi

atravessada por múltiplas formas de se identificar e compreender a realidade que não podem ser instrumentalizadas se não for para reafirmar seu humanismo radical e luta contra o racismo e capitalismo. Do outro lado, aprender com a abertura radicalmente democrática de Trotsky, que colocou a autodeterminação e auto-organização dos oprimidos e explorados como questão de princípio, não podendo ser instrumentalizados pelos interesses do partido, e a utilização do marxismo como método que não ignora os contextos e particularidades, chegando a defender que a revolução permanente nos EUA só seria possível com o protagonismo da luta negra.

Para a IV Internacional cumprir com as tarefas de uma organização revolucionária ela deverá aprender com as diferentes histórias de lutas e pensamentos existentes na diversidade da classe trabalhadora mundial. As rearticulações do capitalismo em países que vivenciaram a escravidão moderna e a ferida colonial colocam as pessoas negras como vítimas de um genocídio cotidiano que age de diferentes formas, mas também como sujeitos que movimentam a história, sendo protagonistas de insurgências e lutas por libertação que incendiaram (e incendeiam) plantações e fábricas.

BIBLIOGRAFIA

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e Haiti**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Revista Novos Estudos, 2011.

CLAYRE, Jack. **C.L.R. James and Trotskyism**. 1989. Disponível em <<https://www.workersliberty.org/story/2017-07-26/c-l-r-james-and-trotskyism-1>>. Acesso em 29 de março de 2019.

COMMINTERN. **Tese Sobre a Questão Negra**. 4º Congresso da Internacional Comunista. 1922. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/30.htm>>. Acesso em 29 de março de 2019.

CONRAD, Daren. **A Review of CLR James and Marxism in the United States**. Jamaica: University of the West Indies, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, Enrique. **1492 - O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt Tradução de Jaime A. Claisen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos; São Paulo: Editora 34, 2001.

JAMES, C.L.R. **Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

JAMES, C.L.R. *Six Questions to Trotskyist and their answers*. 1938. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1938/six-questions.htm>>. Acesso em 29 de março de 2019.

JAMES, C.L.R. *The Revolutionary Answer to the Negro Problem in US*. 1948. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1948/07/meyer.htm>>. Acesso em 29 de março de 2019.

LE BLANC, Paul. *The Marxism of CLR James*. 1996. Disponível em <<https://www.marxists.org/history/etol/newspape/atc/775.html>>. Acesso em 29 de março de 2019.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A Hidra de Muitas Cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário**. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOWY, Michael. **Ecosocialismo e Planejamento Democrático**. Campinas: Revista Crítica Marxista, n. 28, 2009.

MANDEL, Ernest; ROSS, John. **A Necessidade de uma Organização Internacional Revolucionária**. 1982. Disponível em: <<http://www.insurgencia.org/wp-content/uploads/2013/11/A-Necessidade-de-uma-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Internacional-Revolucionaria.pdf>>. Acesso em 29 de março de 2019.

MANDEL, Ernest. **Trotsky como Alternativa**. Traduzido por Arlene Clemesha. São Paulo: Xamã Editora, 1995.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Capitalismo e Escravidão e a Historiografia da Escravidão nas Américas**. Prefácio. In: WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

PARKS, Leticia. **Trotskismo em Negros Diálogos**. 2017. Disponível em <<https://www.esquerdadiario.com.br/Trotskyismo-em-negros-dialogos>>. Acesso em 29 de março de 2019.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; RAZEN, Johnatan. **O Marxismo e a Cultura Política do Atlântico Negro**. Buenos Aires, III Congresso de Estudos Pós-Coloniais e IV Jornada de Feminismo Pós-Colonial, 2017.

ROBINSON, Cedric J. *Black Marxism: the making of the black radical tradition*. EUA: University of North Carolina Press, 2000.

SHAWKI, Ahmed. **Libertação Negra e Socialismo**. Traduzido por Paula Maffei e Patrícia Mafra. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

TROTSKY, Leon. *On Black Nationalism: Documents on the Negro Struggle*. 1940. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1940/negro1.htm>>. Acesso em 29 de março de 2019.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. 1929. São Paulo: Editora Kairós, 1985.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.